
1- Solos e uso dos solos

1.1-Apresentar uma planta de localização das instalações da exploração, com a delimitação do prédio e, neste, com a demarcação e identificação das suas edificações e equipamentos, lagoas, circulações, etc., e ainda com a demarcação da parte do prédio que integra a RAN de acordo com a respectiva delimitação actualmente em vigor e constante da planta de condicionantes do PDM do Montijo.

Plantas apresentadas no Anexo.

1.2-Avaliar os impactes cumulativos resultantes da implementação do projecto em conjugação com os usos de solos e actividades existentes ou previstas para a área envolvente ao projecto. Essa avaliação dos impactes cumulativos deverá sustentar-se numa caracterização detalhada da área envolvente ao projecto, em termos dessas actividades e usos existentes ou previstas.

Caracterização da Envolvente

A exploração leiteira situa-se a Sul da sede de freguesia de Canha e também a Sul do aglomerado populacional de Foros da Boavista. Conforme extracto da Carta Militar nº454 dos Serviços cartográficos do Exército, à escala 1/25000, com a localização da área de implantação do projecto através do Plano Director Municipal (PDM) e fotografia aérea da exploração), numa área onde predomina a ocupação dos terrenos com Espaços de floresta de produção e Espaços agrícolas.

Todas as edificações da instalação, ficam situadas em Espaço Florestal de Produção situados entre dois vales, Vale da Ribeira do Vale da Azenha a Oeste e Ribeira do Barro Vermelho a Este. Estas duas linhas de água possuem associadas ao leito e margens áreas classificadas em RAN. Na envolvente da instalação a ocupação de solos é predominantemente Agro-Florestal, em espaço agrícola não incluído na RAN e em espaço florestal de produção.

Os usos dos solos na envolvente não apresentam em termos de ordenamento previsão de áreas que venham a ser alvo de alterações de uso, nem se perspectivam projectos que coloquem em causa os usos actuais. A montante das duas linhas de água (Ribeiras) referidas existem duas explorações de engorda de bovinos funcionando em regime extensivo de pastoreio.

Ainda de acordo com a carta de Ordenamento do PDM existem a Este áreas de espaço aquícola (albufeiras) de pequena dimensão. A Oeste e Sudoeste existem duas pequenas áreas de Espaço Urbano – Área Urbanizada Mista, habitacional e equipamento industrial. As áreas de Espaço Urbano – Foros de Boavista e Canha (sede de freguesia), ficam situadas a Noroeste da instalação e distam mais de 2,0 Km.

Na envolvente próxima (menos de 1,0 Km) não foram identificadas actividades pecuárias e/ou industriais de média ou grande dimensão, geradores de impactes significativos.

Impactes Gerados

Dado que na envolvente próxima não estão instaladas outras unidades de grande dimensão não existirão impactes cumulativos significativos. A actividade desenvolvida recorre á

utilização de água de captação subterrânea para funcionamento, constituindo neste caso, o consumo de água e o seu aumento resultante da ampliação um impacte sobre os Recursos Hídricos que podemos classificar de Negativo, Directo, Permanente, Magnitude Reduzida, Reversível e Pouco Significativo dadas as disponibilidades do Aquífero Subterrâneo.

Mas tal como se referiu no RS do EIA o sistema aquífero é excedentário, pelo que, sendo adoptadas as melhores MTD's para este sector, teremos uma utilização ambientalmente sustentável.

A actividade desenvolvida é geradora de resíduos, neste caso falaremos de excretas dos animais (sólidos – estrumes e líquidos – chorumes) que são integralmente utilizados em culturas (produção de forragem) constituindo um aproveitamento que se poderá descrever em ciclo fechado. Estando a instalação situada em Zona Vulnerável e sendo respeitado o limite na aplicação dos nutrientes (N, K, P) mais uma vez estaremos em matéria ambiental a adoptar uma prática sustentável.

1.3-As medidas de minimização dos impactes ambientais negativos esperados deverão ser reavaliadas de forma a eventualmente incorporarem as conclusões da avaliação dos impactes cumulativos.

Reformuladas as medidas de minimização Recursos Hídricos em dois capítulos Águas Superficiais e Águas Subterrâneas, em anexo.

1.4- Não obstante a falta dos referidos elementos, deve ser dado seguimento ao procedimento de aprovação do Plano de Gestão dos Efluentes Pecuários (PGEP), ao abrigo do estipulado na Portaria n.º 631/20098, alertando-se, contudo, que esse PGEP deverá dar cumprimento às normas e directrizes resultantes do facto da exploração estar abrangida pelo programa de acção para a Zona Vulnerável do Tejo.

O Plano de gestão de efluentes já foi elaborado e entregue para aprovação na entidade competente, cópia em anexo.

2- Recursos Hídricos

2.1-Apresentar planta de localização do projecto com as instalações existentes, as estruturas/órgãos de armazenamento/tratamento de efluentes pecuários, furos e charcas existentes e edifícios a construir devidamente assinaladas.

Planta apresentada no Anexo (PDM Ordenamento/PDM Condicionantes/Escala 1:25000)

2.2-Esclarecer se a actividade pecuária actualmente exercida se encontra licenciada. Caso afirmativo apresentar a cópia do Plano de Gestão de Efluentes Pecuários e do formulário e licença NREAP.

A actividade ainda não está licenciada no âmbito do NREAP. O Plano de gestão de efluentes (PGEP) já foi elaborado e entregue para aprovação na entidade competente (AnexoPto_1.4)

2.3- Esclarecer se os novos pavilhões terão o piso impermeabilizado ou se, serão apenas cobertos.

Os novos pavilhões irão possuir piso impermeabilizado e serão cobertos.

2.4-Apresentar a estimativa das quantidades de efluentes pecuários e os tipos de efluentes a encaminhar e/ou a enviar para cada destino.

As quantidades de efluentes (estrumes e chorumes) produzidos na instalação estão discriminadas no Plano de gestão de efluentes (PGEP), no mesmo documento estão os tipos de efluentes a enviar para cada destino.

2.5-Fazer referência ao transporte de efluentes pecuários para valorização em explorações agrícolas localizadas fora do concelho do Montijo.

No Plano de gestão de efluentes (PGEP) e no seu anexo VAEP (valorização)podemos verificar que a aplicação dos efluentes na forma de chorume é realizada nos terrenos anexos á instalação pecuária preferencialmente e noutros situados num raio inferior a 20,0 Km.

Para destinos fora do concelho do Montijo são enviados preferencialmente os efluentes na forma de estrumes.

2.6-Indicar a estimativa da quantidade de efluentes pecuários a valorizar na própria exploração em função das opções culturais previstas na situação do projecto.

A quantidade de efluentes pecuários a valorizar na exploração estão reportados no anexo VAEP do PGEP, e também descritos e quantificados na memória descritiva anexa ao PGEP.

2.7-Apresentar planta com o traçado das redes de drenagem de efluentes domésticos, águas de lavagem de pavilhões e da sala de ordenha.

Planta em Anexo.

2.8-Descrever o processo e as estruturas de recolha, redução, armazenamento, transporte, tratamento e transformação ou eliminação dos efluentes pecuários na situação de referência e na situação de projecto.

Os efluentes pecuários na forma de chorume que têm origem nos pavilhões das vacas em produção são encaminhados por valas abertas até um poço de recepção de efluentes. Neste poço existe equipamento de bombagem que envia os efluentes para um separador de sólidos. A parte líquida é enviada por gravidade para um sistema de lagunagem. Estão construídas três lagoas que possuem impermeabilização com tela de Plástica. Para este sistema é igualmente enviado o efluente produzido na lavagem da sala de ordenha e anexos.

A partir da última lagoa (terceira), parte dos líquidos são reutilizados para arraste e limpeza dos pisos dos pavilhões das vacas em produção, outra parte é utilizada na fertirrigação das culturas forrageiras que são realizadas nos terrenos adjacentes e noutros terrenos.

Os sólidos provenientes do separador em conjunto com os estrumes dos anexos de estadia dos vitelos e dos recolhidos dos parques externos são enviados para uma Nitreira.

Na situação actual os sólidos são armazenados temporariamente num silo (armazenamento de forragens) que se encontra adaptado para este fim.

As condições relatadas (situação de referência) serão alteradas em dois aspectos.

Está prevista a alteração da localização das novilhas, dos parques exteriores para uma zona de telheiro coberto com pisos impermeáveis. Diminuem-se deste modo os volumes de estrume produzido neste sector da instalação. Mas os efluentes pecuários assim produzidos estarão menos contaminados e podem ser incorporados nos chorumes.

Prevemos a instalação de meios de produção de energia a partir dos chorumes e alguns estrumes.

Esta medida terá como objectivo uma redução dos volumes e massas de efluentes pecuários a transportar para os destinos diminuindo deste modo os volumes de tráfego associado.

2.9- Indicar, no que se refere às lagoas, a data de construção do sistema de lagunagem, a última data da realização da limpeza de lamas, assim como o nível de efluente em cada lagoa e a existência ou não de tubagem de descarga na linha de água.

O sistema de lagunagem foi construído durante o ano 2003.

A última limpeza ao sistema de lagunagem foi realizada em 2012.

O nível de líquido nas lagoas normal é de cerca de 0,5 m abaixo da cota máxima.

Não existe tubagem de descarga na linha de água.

2.10- Indicar, relativamente ao parque de estrume, qual o tipo de impermeabilização da base, a existência ou não de rede de drenagem para recolha das escorrências, qual o encaminhamento das mesmas e se existe cobertura total ou parcial (neste caso qual a área coberta).

A Nitreira de armazenamento de estrumes (sólidos) possui base com impermeabilização (cimento) tem rede de drenagem de escorrências por meio de valas em cimento, encaminhadas para o poço de recepção dos efluentes. Possui paredes em alvenaria de cimento até a altura adequada.

2.11- Identificar todos os troços de tubagem, com caleiras (tipo de material) e em vala aberta no solo.

Todas as drenagens de efluentes líquidos provenientes das áreas de produção (naves de estadia das vacas) são valas abertas, construídas em calceira de cimento. Não existem valas abertas no solo para drenagem dos efluentes pecuários nem de águas residuais.

2.12- Indicar, em relação aos efluentes domésticos, o número de trabalhadores e as dimensões das fossas.

Na instalação trabalham actualmente 12 funcionários. Existe uma fossa séptica estanque para as águas residuais domésticas. Trata-se de um tanque cilíndrico enterrado e que possui um volume útil de 15 m³. Em anexo desenho da fossa.

2.13- Referir o tipo de revestimento do fundo e dos taludes das lagoas do sistema de tratamento dos efluentes pecuários.

As lagoas são totalmente revestidas em tela de plástico, fundo, paredes dos taludes e coroamento.

2.14- Apresentar a planta das parcelas e respectivas áreas, de valorização agrícola dos efluentes e estrumes e sua sobreposição com áreas de REN – Protecção e recarga de aquíferos, em planta.

Terrenos para espalhamento em anexo. Planta com sobreposição em áreas de ordenamento

Caracterização da Situação de Referência

2.15- Apresentar a licença de descarga no meio hídrico da descarga de água residuais na linha de água afluyente da ribeira de canha

A instalação não realiza descargas de águas residuais contaminadas para a linha de água que é afluyente da Ribeira de Canha. Anexamos ofício recebido da ARH do TEJO (APA) relativamente a este assunto.

Todos os efluentes pecuários (líquidos) e as águas de lavagem da sala de ordenha são armazenados no sistema de lagunagem e estão incluídos no plano de gestão de efluentes (PGEP) sendo destinados a valorização agrícola.

Os efluentes domésticos possuem rede própria e são recolhidos em fossa séptica estanque, tendo como destino uma estação de tratamento de esgotos desse tipo. Este serviço é executado pelos serviços da C.M.Montijo ou por empresa especializada e licenciada.

A instalação só descarrega águas pluviais das coberturas dos edifícios para a linha de água, em rede separativa própria e com pontos de descarga identificados em planta anexa. As águas de escorrências (áreas não impermeabilizadas) infiltram-se nos terrenos adjacentes ou em caso de elevadas pluviosidades escoam até à mesma linha de água.

2.16- Enquadrar a localização do projecto relativamente à reserva natural do estuário do Tejo e zona vulnerável do Tejo.

Em imagem anexada, apresenta-se a localização da instalação relativamente à R N E Tejo. A distância da instalação ao limite da zona classificada é de cerca de 25Km.

O projecto uma vez localizado na zona do concelho do Montijo (Este) encontra-se dentro da zona vulnerável do Tejo, uma vez que todo o concelho está incluído nessa condicionante.

2.17- Caracterizar em separado, quanto à hidrodinâmica dos aquíferos livre e confinado, para os dois tipos de aquífero. Assim, deverá ser obtida uma superfície piezométrica para o aquífero livre, bub-superficial, apenas com base nos dados dos poços do quadro apresentado nas páginas 99 e 100 do RS.

Paralelamente deverá ser delineada uma outra superfície piezométrica para o aquífero cativo, com base nos dados das captações por furo, também constantes no referido quadro, obtendo-se deste modo as principais direcções e sentidos de escoamento subterrâneo nos dois aquíferos.

Quer no caso do aquífero livre, quer no do aquífero cativo, os dados existentes no quadro apresentado nas páginas 99-100 (RS do EIA) não servem para a elaboração do mapa das superfícies piezométricas, dado que não indicam a profundidade do nível da água subterrânea, nem a cota do respectivo poço ou furo.

No caso do aquífero livre, foi elaborado um mapa (ANEXO) baseando-se em pontos de intersecção entre o nível do aquífero livre e a superfície, isto é, nascentes, fontes, linhas de água mais importantes. O resultado é um mapa hipotético, uma vez que não existem dados fidedignos sobre o nível da água subterrânea na vizinhança no projecto.

A oeste do projecto, não existem fontes, nem nascentes, nem linhas de água que possam fornecer dados para desenhar o mapa.

Nota-se que o presumido fluxo da água subterrânea é dirigido para a ribeira de Canha, acompanhando aproximadamente o relevo da superfície, tal como mencionado por Almeida et al. (2000) [como se referiu no RS do EIA].

No caso do aquífero cativo, o mapa da superfície piezométrica (ANEXO) foi obtido através de dados apresentados nos pontos de água do SNIRH, dos quais existem apenas quatro na área do projecto.

2.18- Caracterizar a qualidade de água uma vez que não foram apresentados os resultados actualizados da análise da água relativamente aos parâmetros: pH, Condutividade, Nitratos, Fluoretos, Manganês, Sulfatos, Cloretos, Fosfatos, CQO, Oxigénio dissolvido, CBO₅, Azoto amoniacal, hidrocarbonetos dissolvidos ou emulsionados, hidrocarbonetos aromáticos e polinucleares, coliformes totais, coliformes fecais estreptococos fecais.

Uma vez que enviámos caracterização analítica da água que é utilizada na exploração, datada de Julho de 2014 e tendo em conta que uma parte significativa dos parâmetros já foi analisada não foi realizada nova colheita para análise.

Parâmetros	Pedidos	Valores JAN 02	Valores JUL 14	V R D.L. 306/2007	Unidade
pH	x	6,9	6,8	6,5 -9,0	Esc. Sorensen
Condutividade	x	---	158	2500	uS/cm 20°C
Nitratos	x	28,8	<3,0	50	mg/L NO ₃
Fluoretos	x	--	--		
Manganês	x		<5,0	50	ug/L Mn
Sulfatos	x	--	--	--	
Cloretos	x	0,5	--	--	
Fosfatos	x	--	--		
CQO					
O ₂ dissolvido					
CBO ₅					
Azoto Amoniacal	x	<0,05	<0,05	0,5	mg NH ₄ /L
Hidrocarbonetos Dissol					
Hidrocarbonetos Polinuc					
Coliformes Totais/100mL	x	4	0	0	Ufc/100mL
Coliformes Fecais	X	0	--	0	Ufc/100mL
Estreptococos fecais	x	0	--	0	Ufc/100mL
Escherichia coli		--	0	0	Ufc/100mL

Avaliação de Impactes

2.19- Apresentar os impactes induzidos pelo projecto e demonstrar que o encabeçamento previsto cumpre o programa de acção para a zona vulnerável do Tejo.

A resposta a esta questão está demonstrada na memória anexo ao PGEP.

2.20- Avaliar os impactes cumulativos tendo presente a existência de outras explorações pecuárias num raio de 5 km.

Em anexo apresenta-se um levantamento das explorações pecuárias que foram localizadas num raio de 5 Kms relativamente ao local da exploração.

Foram localizadas explorações de bovinos em regime extensivo de pastoreio. Uma exploração avícola que se encontra parada sendo os terrenos ocupados por bovinos em pastoreio. Uma exploração de suínos que embora dentro do raio de 5 Km não está autorizada a fazer descargas para a linha de água.

3. Ordenamento do Território

3.1-Reformular as figuras 4 e 36 do relatório síntese, com a identificação explícita da unidade em questão (contemplando construções existentes/construções propostas), dentro do limite da propriedade da Herdade do Olho de Bode de Baixo. Alterar a escala ou condições de legibilidade da figura 4 do RNT.

As figuras 4 e 36 estão reproduzidas em anexo explicitando as construções dentro da unidade.

3.2-Apresentar peças gráficas, com a representação nas cores convencionais de projecto de alterações, que demonstrem/explicitem quais são as construções existentes e as que se pretende construir/ampliar.

Planta em anexo.

3.3-Apresentar elementos/documentos referentes ao licenciamento municipal das construções existentes, designadamente referentes ao processo camarário A-133/97.

Foram solicitados todos os elementos do histórico do processo de legalização e de emissão das licenças de utilização existentes na C M do Montijo, são apresentados em anexo.

3.4-Identificar em peça gráfica quais são as construções que se encontram licenciadas e quais as que se pretende regularizar.

Planta já apresentada no anexo da questão 3.2

Caracterização do Ambiente Afectado

3.5-Desenvolver/explicitar a confrontação da pretensão com as disposições do PDM do Montijo para as classes de “Espaço Agrícola” e classe de “Espaço Florestal” designadamente no que se refere a edificações e usos compatíveis nessas classes de espaço.

Retirado do Relatório Síntese

“A totalidade dos terrenos pertencentes ao projecto, possuem áreas nas classes de Espaço Agrícola, áreas na classe de Espaço Florestal.

Estas áreas de Espaço Florestal estão classificadas como área de floresta de produção.

As áreas de Espaço agrícola, estão parcialmente incluídas em Área Agrícola da RAN e em Área Agrícola não incluída na RAN, nos termos definidos no artº 29”

Nas áreas agrícolas não incluídas na RAN e pertencentes á RAN são apenas desenvolvidas práticas de produção agrícola. Produção de milho para forragens e outras combinações forrageiras de elevado consumo de Nutrientes, especialmente na forma de Azoto (N).

Esta prática não colide com os usos e ocupações dos solos classificados.

No anexo apresentado no Ponto 1.1 pode ser verificado que toda a área de construções existentes bem como aquelas que se pretendem construir/ampliar estão incluídas na Classe de Espaço Florestal, em área de Floresta de Produção.

O artº 36 do PDM estabelece as condições de edificação no Espaço Florestal.

Nas edificações existentes à data da publicação do PDMM as disposições a observar são as estabelecidas no n.º 7 do artigo 31.º

O artº 31 no seu nº 7 refere que:

7-As edificações existentes à data da publicação do PDMM e dispendo das condições legais para a sua utilização mantêm-se no uso licenciado.

a) O licenciamento de alteração de uso ou de alteração de edificação existente implica a observância das demais disposições deste artigo. (31º).

As disposições desse artigo, nomeadamente os nºs 3 e 5 são respeitadas pelas construções existentes e pelas que se pretendem construir.

3.6-Esclarecer se estão em causa usos e acções (a edificar ou a legalizar) previstos no nº1 do artº 20 do DL nº 166/2008, de 22 de Agosto, na redacção do DL nº 239/2012, de 2 de Novembro e se efectivamente tiverem lugar, identificar e caracterizar, e avaliar os seus impactes, justificando que não são colocadas em causa as funções das respectivas áreas, nos termos do anexo I do referido diploma.

Não existem áreas incluídas em REN.

3.7-Explicitar/desenvolver a confrontação da pretensão com a RAN, apresentando extracto da respectiva Carta do Montijo, confrontando-a com a totalidade da unidade de produção.

Tal como já se referiu, nas áreas classificadas em RAN são apenas desenvolvidas práticas agrícolas de produção de matérias primas (forragens) para alimentação dos efectivos.

3.8-Apresentar parecer da ERRALVT/DRAPLVT caso exista.

Não existe, conforme documentos apresentados e relativos ao histórico do processo, obtidos da C M do Montijo.

3.9-Desenvolver/explicitar os potenciais impactes no âmbito de OT, designadamente ao nível de enquadramento no PDM, RAN e REN.

Potenciais impactes no âmbito da REN do Montijo.

Não existem impactes directos em áreas REN porque não existe qualquer área da instalação localizada em REN. Potenciais impactes indirectos (emissões) também não existem, pois os efluentes pecuários (chorumes e estrumes) não são descarregados para linha de água. Faz-se a aplicação no solo em benefício da agricultura.

Potenciais impactes no âmbito da RAN do Montijo

As áreas de RAN são utilizadas para produção agrícola, fim previsto no Regime da RAN. Os impactes resultantes desta prática respeitam todas as directrizes da Portaria Nº 259/2012 – Programa de Acção para as Zonas Vulneráveis de Portugal Continental, que apresenta como objectivo reduzir a poluição das águas causada ou induzida por nitratos de origem agrícola e impedir a propagação desta poluição nas Zonas Vulneráveis.

4. Sócio Economia

Descrição do Projecto

4.1-Localizar a Montiqueijo no que respeita à empresa e localização para onde se destina a produção do leite cru.

Há mais de 50 anos que a Montiqueijo produz os seus queijos, sendo atualmente **a única empresa do sector dos lacticínios com a fileira completa**. A fileira completa é quando uma empresa é responsável por todo o seu processo produtivo. É feito o controlo desde a produção do alimento dos seus animais (com produção própria na Agroleite), passando pelo controlo do leite até à produção dos seus queijos.

Desde 2005 que a Montiqueijo é **certificada pelo ISO 22000**, certificação que tem sido renovada todos os anos. Apostamos na segurança alimentar, assim o ciclo dos nossos produtos começa na produção do leite e vai até ao cliente final.

Controlando a matéria prima desde a sua origem, **a Montiqueijo procura melhorar a produção do leite através do programa PROCROSS**. Este programa é baseado no cruzamento de vacas de raças diferentes, visando sobretudo melhorar a qualidade de vida dos animais, aumentando a sua longevidade e melhorando assim a qualidade da “matéria-prima”.

A Montiqueijo tem também uma **preocupação ambiental**, investiu cerca de um milhão de euros num projeto que visa reduzir o impacto ambiental e fomentar o crescimento de várias unidades de produção. Foi **pioneira a retirar o cincho** dos seus produtos, garantindo maior qualidade aos queijos frescos e **reduzindo a utilização do plástico em mais de 50 toneladas anuais**. Foi também **pioneira a instalar um sistema solar fotovoltaico** que se destina ao consumo próprio, o que contribui para o desempenho energético-ambiental da empresa, pois ao gerar 30% da sua própria energia, **reduz cerca de 54 toneladas de CO₂ por ano**.

Uma empresa a apostar na Internacionalização

O Grupo Montiqueijo encontra-se neste momento a operar nos mercados de Moçambique, Bélgica, Suíça e com alguns negócios Pontuais em França e em Espanha., Após uma visita ao mercado da China em Novembro de 2014 com o apoio da Sr^a Ministra da Agricultura Dr.^a Assunção Cristas, a Montiqueijo tem vindo a desenvolver trabalhos de parceria com alguns destes potenciais clientes, mais concretamente em Xangai e Pequim.

Com o volume de negócios a aumentar, foram feitas ampliações na fábrica, nomeadamente na área de fabrico de requeijão e nas áreas de refrigeração, permitindo assim um crescimento dos volumes de unidades de produção. Foi melhorada a climatização e também as câmaras de cura.

Foram criados 10 novos postos de trabalho em 2014. Actualmente já são 46 trabalhadores.

Todo o leite produzido na Agroleite é encaminhado para a Montiqueijo para produção de queijos. Anexamos localização da Montiqueijo.

4.2-Localizar as novas áreas arrendadas para efeitos de produção a alimento para os animais.

A localização das áreas arrendadas para produção de alimentos estão incluídas no PGEP

4.3-Confirmar todos os locais de relação com a empresa (matérias-primas e produtos), por forma a dispor do quadro de influência territorial do funcionamento da empresa.

A relação entre as duas empresas já foi referida. Toda a produção de Leite da Agroleite de Canha é destinada à Montiqueijo. Por sua vez a Montiqueijo envia todo o soro produzido como subproduto da sua actividade para alimentação animal na Agroleite de Canha.

Caracterização do ambiente afectado pelo projecto

4.4-Indicar os valores de tráfego verificados segundo a tipologia, a frequência ou periodicidade, relativamente aos principais percursos utilizados (considerando os locais de origem e de destino), identificando eventuais situações de conflito (usos, proximidades e atravessamentos), níveis de tráfego verificados e condições de circulação existentes. Os dados e a avaliação devem ser indicados segundo as situações sem o projecto de ampliação e com o projecto.

As relações entre as duas empresas no que diz respeito á troca de produtos é realizada por meio da circulação diária de uma viatura pesada (autotanque) entre as duas unidades.

É realizado um percurso diário entre a herdade do Olho de Bode de Baixo e Lousa utilizando a travessia pela ponte Vasco da Gama.

4.5-Indicar o número de trabalhadores na situação actual de funcionamento da exploração e com a alteração do projecto, no futuro.

Na situação actual a exploração agrícola e leiteira funciona com 12 trabalhadores. Na situação de projecto ampliação para a capacidade pretendida prevê-se um aumento para cerca de 18/20 trabalhadores, mais 50% de postos de trabalho.

5. Resumo Não técnico

5.1-Apresentar a descrição do ambiente afectado, dos impactes e das medidas previstas.

5.2-Refazer a figura 4 “implantação do projecto no local”, não está perceptível.

Resumo não técnico reformulado em anexo

5.3-Corrigir “exploração avícola” por “exploração de bovinos”.

Sempre que mencionado “exploração avícola” deverá ler-se: “exploração de bovinos”

6. Relatório Técnico/Síntese

6.1-O relatório síntese deverá ser alterado de forma a eliminar e substituir as referências “exploração avícola” por “exploração de bovinos”.

Na página 7, 15, 136, 140, 148, 151, 153, 155, 158 onde está: “exploração avícola” deverá ler-se: “exploração de bovinos”.

Na página 134 onde está: “dejectos das aves” deverá ler-se: “dejectos de bovinos”. E onde está: “estabelecimento avícola” deverá ler-se “Estabelecimento de bovinos”.

Na página 142 onde está: “Pavilhões avícola” deverá ler-se “Pavilhões de produção”.

6.2-As medidas de minimização deverão ter em conta as observações anteriormente formuladas.

Não existem mais medidas de minimização a corrigir para além das que foram corrigidas e enviadas em anexo.